

O SENTIDO DA URGÊNCIA DE DOMÍNIO: AS PRÁTICAS DA LIGHT NA ELETRIFICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO – UM ESTUDO DA METROPOLIZAÇÃO BRASILEIRA

Carlos de Almeida Toledo

Faculdade de Campinas

Introdução e justificativa: o estudo da urgência de domínio

O tema deste estudo é o contexto territorial da difusão da eletricidade em São Paulo. Este contexto não é estático mas precisa ser compreendido como processo caracterizado por uma territorialidade contraditória. Esta territorialidade contraditória é manifestada nas interações entre as escalas internas ao território do Estado nacional e a escala da totalidade capitalista, ambas aparecem na formação da maior metrópole do território do Estado nacional brasileiro, objeto deste estudo. Assim, é o vir a ser de metrópole nacional que permite compreender a eletrificação da vida social da cidade de São Paulo, e de outras metrópoles nacionais estudadas neste simpósio, como oportunidades de acumulação de um capital como o da Light. Neste sentido, a pesquisa apresenta as estratégias de aproveitamento de tais oportunidades revelando a *urgência de domínio* sobre os potenciais monopólios nos polos dos territórios dos Estados nacionais em geral e na polarização do território brasileiro com São Paulo em particular.

Conforme argumenta Saes, *a incorporação da energia elétrica ao cotidiano [urbano] brasileiro foi contemporânea com aquela realizada nos países europeus e nos Estados Unidos*. Trata-se de uma das principais fontes de energia da segunda revolução industrial. Sendo elemento da produção do espaço urbano metropolitano desde de seus primeiros usos como os *serviços de iluminação urbana tanto pública como particular e a tração de bondes* (208: 2). Mais que isso, em várias destas cidades esta difusão foi promovida pela empresa Light, objeto empírico deste estudo. Neste sentido, justifica-se uma pesquisa que busque identificar os padrões de articulação entre os fatores de produção – terra, trabalho e capital – utilizados pela empresa em São Paulo, especialmente diante da possibilidade de estabelecer comparações com outros processos de difusão da eletricidade em outras cidades realizadas pela mesma empresa.

O território do capital imperialista é determinado dinamicamente nas disputas por áreas de influência dos Estados imperialistas. Neste sentido, a pesquisa pretende discutir tais processos de produção inquirindo sobre a difusão dos padrões de produção e consumo que, se do ponto de vista material aparecem como homogeneização, do ponto de vista da acumulação de capitais, tais padrões

são oportunidades de concorrência em condições sociais diferenciadas, permitindo a formação de monopólios.

Desta forma, trata-se de articular escalas: desde a do capital financeiro internacional, centralizada progressivamente em Nova York (Magdoff, H. 1978: cap. 3, especialmente item *O Dólar como Moeda Mundial: Nova York como Banqueira do Mundo*), à escala da cidade de São Paulo em sua relação com o território do Estado nacional brasileiro. É no interior deste processo que o capital da Light se reproduz, participando da produção da cidade, sendo, portanto, um elemento que revela a vinculação entre as escalas da análise.

A articulação das escalas territoriais do capital no contexto estudado revela também um duplo aspecto do vir a ser de metrópoles como a cidade de São Paulo. Do ponto de vista material, seu crescimento acelerado sugere sua qualificação como metrópole, cujo parâmetro de produção material são as grandes cidades da Europa e dos EUA, vale dizer: do ponto de vista material este processo de apresenta como sendo de homogeneização da modernidade. No entanto, do ponto de vista das relações sociais no interior do território nacional, percebe-se um outro sentido para a palavra metrópole, trata-se da situação de centralidade de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro na modernização do Estado nacional brasileiro. Tais metrópoles nacionais adquirem em relação ao território nacional uma posição de centro modernizador, diferenciando-se de outras áreas nas quais as transformações materiais, ou a falta delas, indica a sua qualificação como regiões atrasadas.

Não por acaso, as regiões vistas como atrasadas foram as que liberaram a força de trabalho que viria, em processo, integrar-se à produção dos espaços metropolitanos. Esta polarização entre moderno e atrasado, no qual se modernizam ambos os polos, parece ter tido na eletrificação um de seus elementos de diferenciação material de maior significância. Neste sentido, a eletrificação da grande cidade de São Paulo é um fenômeno referido também ao contexto nacional¹, ao estudo das migrações na qual a forma como os migrantes percebem a riqueza material é um elemento significativo. O crescimento urbano centraliza força de trabalho, o crescimento material da cidade está relacionado com as migrações. A mobilização do trabalho em direção à cidade, passa a ser um ingrediente fundamental e necessário à formação das metrópoles nacionais. Neste processo dá-se o encontro entre terra, capital e trabalho produzindo os pressupostos materiais de sua reprodução, no qual a eletrificação é uma parte importante.

¹ É interessante notar que a continuidade do processo se consolida no Programa Luz para Todos, o que não deixa de ser revelador. Trata-se de uma meta virtualmente possível, cuja concretização passa, como não poderia deixar de ser, pela ação política do Estado nacional brasileiro. O que não tem nada a ver com ausência de catástrofe social, a questão é discutir os limites do que se apresenta como possível no atual momento catastrófico do processo de modernização. A apresentação do Programa Luz Para Todos está a disposição para consulta no seguinte endereço eletrônico: http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp.

Este estudo sobre a Light procura compreender de forma ampla os processos em que o capital da Light estabelece seu domínio sobre a terra e o trabalho, articulando as escalas da cidade, do estado nacional e da totalidade capitalista sob o ritmo da *urgência do domínio*, que segundo Harry Magdoff é *intrínseca ao negócio imperialista* (Magdoff, H. 1978: 33). Assim, a pesquisa trata de estudar o processo de reprodução da empresa, a articulação da terra, do trabalho e do capital no interior do Estado nacional brasileiro, tendo em vista o argumento da *urgência do domínio* de um padrão de controle territorial.

Esta preocupação define o recorte temporal em que se foca o estudo, que não compreende período completo da operação da Light em São Paulo (1899-1981). Duas decisões jurídicas parecem marcar transformação do contexto territorial deste estudo²: o estabelecimento do *Código de Águas* 1934 e a proibição da *Cláusula Ouro* (1933). Esta periodização está associada, como não poderia deixar de ser, ao momento da formação do Estado nacional brasileiro, que acabava por criar as oportunidades de monopolização de fatores de produção pelos capitais imperialistas. Este momento pode ser visto como o momento em que o Estado nacional adquire condições de controle relativo, tanto do uso recursos naturais (que prefiro tratar como *meios de produção não produzidos*) existentes no território, quanto dos instrumentos de centralização do capital³.

O controle dos meios de produção não produzidos

Os anos de 1930 representam um momento de transformações importantes na reprodução das relações de produção brasileiras⁴, no qual o Estado nacional passa a dirigir suas práticas no sentido de urbanizar e industrializar o país, que culminará na estatização do setor elétrico, que encerra o período de operação da Light no Brasil (Dinis, R. O. 2011: 3.2).

O controle do Estado nacional sobre os *meios de produção não produzidos* parece iniciar uma transição na forma de controle sobre o território nacional com impacto nos negócios da Light. Isso é parte da explicação da *urgência de domínio* de Magdoff. A pesquisa de Seabra revela que a ação da

² Como bem nota Saes *a regulamentação federal sobre os serviços de eletricidade era insignificante e as decisões e contratos acabavam por serem estabelecidos entre empresas e Câmaras Municipais*. (2008: vii). Não sendo este o foco principal do estudo do autor, é possível identificar diversos argumentos que apontam na mesma direção. Observe-se que não encontramos nos desdobramentos do processo da modernização (paulistana, brasileira ou mundial) elementos para aceitar o conceito de desenvolvimento positivo, muito menos ainda no investimento que aumenta a produtividade do trabalho, sem que a jornada de trabalho, por exemplo, não seja decisivamente reduzida. De meu ponto de vista a ampliação da riqueza material precisa ser reconhecida como forma de mascarar a naturalização a dominação social exercida pela compra e venda da mercadoria força de trabalho medida em tempo abstrato.

³ Perceba-se que não se trata de afirmar que o Estado nacional superou o imperialismo, ou colocou-se em posição crítica ao capital monopolista. Antes me parece o contrário, apesar das amplas diferenças entre governos, o momento atual do processo parece indicar que o desenvolvimento resulta apenas na tentativa demudar sua posição relativa na relação, sem colocar em questão a catástrofe social metropolitana que vivemos cotidianamente.

⁴ Discuto este problema de forma mais ampla na sequência do projeto.

Light não se restringiu ao domínio sobre a água da bacia do rio Tietê como força motriz geradora de energia elétrica. A utilização da água para geração de energia elétrica, que implicou na canalização do rio Pinheiros e seus afluentes, resultou no processo de transformação de uma área sujeita a enchentes. A canalização foi requerida como um benefício sobre a área produzido pela empresa, justificando a exigência de contrapartida. Assim, a pesquisa da autora revela a concessão de direito de desapropriação como forma utilizada pela empresa para apropriar-se de terras supostamente beneficiadas por suas obras. Calcada em uma estratégia meticulosamente preparada, a empresa definiu as terras que teriam sido beneficiadas através da manipulação do nível máximo da cheias dos rios. Em 1937 o governo do estado de São Paulo concede o direito de desapropriação das terras, definidas por uma enchente de 1929, direito reconhecido em um decreto do governo do estado de São Paulo, em novembro de 28 (Seabra, O. C. L. 1987:192). Trata-se de uma estratégia de consolidação de domínios em regime de monopólio. No entanto, os monopólios visados transcendem processos referidos à eletrificação, trata-se do domínio de parcelas do próprio espaço urbano produzido.

Neste caso, a própria estratégia de apropriação de meios de produção não produzidos resulta diversos processos de trabalho articulados. Alguns deles são os próprios processos de intervenção na bacia do rio Pinheiros, cujo objetivo seria a produção de energia elétrica. Outros passam por advogados, grupos de pressão e mesmo relações pessoais que permitem a formação do monopólio como mostra o artigo *Light: apontamentos para sua história administrativa* de Mendes, Poleti e Soares (**Memória Eletropaulo** n 24 Jul. 1997-8).

A constituição da empresa e suas estratégias passam portanto por um conjunto de processos de trabalho, não só de trabalho simples, contratado de forma impessoal, mas de trabalho complexo, cujas relações com a empresa são decisivamente pessoais. O uso da mercadoria força de trabalho mobilizada por dinheiro, faz-se uso específico que concebe, trata-se de pensamento estratégico, identificação da *urgência de domínio*. O capital produz espaço, não só projeta sua transformação material, projetar o futuro nos termos da lógica do capital é valorizar a matéria produzida. O que é percebido pelos trabalhadores/gestores da light é a possibilidade de apropriar-se da terra antes da valorização⁵.

As relações sociais entre o capital estrangeiro com a terra e trabalho situados em São Paulo da virada do século XIX para o XX, dizem respeito, portanto, à forma de organização do Estado

⁵ O aumento do preço dos terrenos poderia ser chamado em jargão de economistas de uma externalidade positiva da obra. No entanto, o capital monopolista, que costuma desviar-se com facilidade das externalidades negativas, exige o direito à positivas.

brasileiro naquele momento. Esta forma de organização guarda uma relação de desenvolvimento desigual e combinado com a dos Estados nacionais de modernização anterior. Parte das oportunidades que se abrem à Light neste momento referem-se também ao conhecimento da empresa sobre este processo não simultâneo, um conhecimento sobre o vir a ser das metrópoles brasileiras. As ações posteriores deste Estado nacional parecem revelar possibilidades não vislumbradas no momento das concessões feitas ao capital monopolista internacional, que passam inclusive pelas tensões com o capital financeiro internacional. Desta forma, é necessário discutir a mobilização do trabalho e a apropriação da terra, em relação à forma de organização do Estado nacional neste momento do processo de modernização, para compreender a articulação das escalas territoriais do capital que promovem a eletrificação das metrópoles nacionais e aquilo que pode ser decifrado como *urgência de domínio*.

A centralização do Capital

O outro aspecto das oportunidades de domínio abertas por um Estado nacional em formação é o processo nacional de centralização de capitais que corre paralelo. A partir de certo momento, a organização do Estado nacional cria condições de investimento que tendem a enfraquecer os monopólios internacionais, especialmente por que o próprio Estado pode realizar investimentos vultuosos, ou mesmo criar condições de investimento privado nacional. A proibição da *Cláusula Ouro* revela este fortalecimento do Estado nacional que passa a mediar a relação entre os municípios e as empresas estrangeiras prestadoras de serviços, o que, como mostramos acima, foi constatado na pesquisa de Saes.

A difusão da eletricidade não resulta somente de uma mudança da base material nas formas de produção. A difusão da eletricidade, no bojo da segunda revolução industrial, também resulta dos desdobramentos do processo de centralização de capitais discutido por Marx em **O Capital** (1985-6: item 2 e seguintes do cap. 23, Livro I). A centralização dos capitais permite a formação de grandes estruturas industriais vinculadas ao capital financeiro. São, portanto, empresas que partem de um montante de capital centralizado nas condições sociais dos países de modernização avançada, em seus sistemas bancários e empresas de capital aberto.

Em tais condições os capitais centralizados permitem a realização de projetos produtivos que requerem longos períodos de operação até que o capital investido retorne. Tanto as escalas de investimento quanto os prazos de retorno justificam a montagem de toda uma cadeia de captação de dinheiro, que passa tanto pelos depósitos à vista nos bancos, quanto pelas bolsas de valores. A

prática da intermediação do dinheiro se desdobra em novas formas de ser do dinheiro, criando o que Marx chamou de capital fictício 1985-5: cap. XXV; seção V; livro III). No entanto, é importante notar que a existência desta forma de ampliação auto-referida do dinheiro, não deixa de guardar relação com as formas de produção concreta. A base da ampliação fictícia dos valores das empresas de capital aberto, e as oportunidades de crédito a elas vinculadas, formam-se em uma relação contraditória com a lucratividade das empresas.

Esta relação contraditória faz com que o parâmetro da lucratividade destas grandes empresas seja a taxa de juros internacional, o que torna o cambio entre moedas uma questão importante para o investimento e as condições exigidas para realizá-lo. É necessário ter em vista que as empresas estrangeiras apuram sua lucratividade em dinheiro mundial, é no mercado mundial que o *dinheiro funciona plenamente como mercadoria, cuja forma natural⁶ é, ao mesmo tempo, forma diretamente social de realização do trabalho humano em abstrato* (Marx, K. 1985-6: subitem 'c' Dinheiro mundial, do item 3 do cap. 3, do livro I). Desta forma, em caso de desvalorização da moeda brasileira os lucros destas empresas, apurados em dólares, são afetados tanto em seus custos quanto em suas receitas, que tendem a cair em dólar. Esta problemática, da possibilidade da perda lucratividade e mesmo do valor do patrimônio acumulado em função da desvalorização do dinheiro brasileiro é um dos pontos de a que se dirige a pressão do capital estrangeiro. Dela resulta o estabelecimento da *Cláusula Ouro*, pela qual as tarifas cobradas seriam corrigidas pela cotação do dólar, em metade de seu valor. Deve-se apontar a *Cláusula Ouro* como uma forma de manifestação do conflito entre capital imperialista e interesses nacionais, conflito este, inerente à territorialidade do capital neste momento.

A Light e o momento regional do processo de formação do Estado brasileiro:

o que é a urgência de domínio

Realizar uma pesquisa que toma a Light como objeto é a oportunidade de olhar para o processo de modernização que forma o Estado nacional brasileiro em sua relação com o imperialismo. Desde logo a eletrificação é um dos pressupostos materiais da modernização no século XX, mudando decisivamente tanto a organização da produção quanto da cidade, da casa quanto do trabalho e do lazer. A eletrificação participa da produção material da cidade (processo de trabalho) dependendo de concessões do município, do estado e da federação para poder concretizar-se como processo de

⁶ O fato de o dólar ter se tornado o dinheiro mundial depois da segunda guerra mundial e ter sido desvinculado do padrão ouro em 1973, parece ser mais um capítulo da história do imperialismo, ver capítulo 3 de *A Era do Imperialismo* de Harry Magdoff (1978). Neste momento, o dinheiro de conta passa a ser o dólar.

valorização do capital investido

A entrada da Light na cidade de São Paulo, (1899), está relacionada aos serviços de iluminação pública e transporte, nos quais impõe-se como monopolista, lançando mão de estratégias variadas, que vão da desqualificação dos concorrentes à sua compra (Dinis, R. O. 2011: 3.1 e , A. M. 2008: parte III). Tais oportunidades de negócios indicam o crescimento e acumulação do capital na região da cafeicultura, que lançaria as bases da industrialização brasileira. É importante destacar este processo em sua relação com a acumulação e superação das dinâmicas regionais, elas mesmas desdobradas de uma forma de territorialização colonial.

Formada a partir da expansão da cafeicultura escravista, a região do colonato mobilizou um contingente de trabalhadores livres imigrantes necessários a sua reprodução ampliada (Boechat, C.: 2009). Os limites da reprodução ampliada da região da cafeicultura implicam em estratégias de controle do Estado, manipulações de política econômica desde o século XIX.

Os excedentes acumulados necessitam ser reinvestidos, conduzindo ao esgotamento da expansão regional: a superprodução da mercadoria café revela os limites da acumulação regional. A relação desta crise com a mobilização do trabalho parece revelar a formação das condições sociais do assalariamento. O controle das terras estabelecido pela cafeicultura e o início do processo de metropolização da cidade de São Paulo, carregam um contingente de população de trabalhadores livres, expropriados. A metropolização da cidade ocorre porque que os excedentes da cafeicultura encontrem destino na industrialização com a evidente difusão do trabalho assalariado.

No entanto, o processo de produção precisa criar as condições materiais para o processo de industrialização. A metropolização é o processo de produção destas condições materiais da industrialização que se realiza tendo como sentido a acumulação de capital. A contradição interna da mercadoria manifesta-se na produção da cidade como espaço de produção e circulação de mercadorias, mas, neste caso, o Estado apresenta-se como um dos principais campos de personificação no processo de realização de tais mercadorias. Este processo transforma a organização do Estado nacional, este é um dos aspectos que esta pesquisa visa problematizar.

Segundo Alexandre Saes a *empresa Light mais que um grande volume de recursos desenvolveu um amplo sistema de alianças e relações com grupos políticos locais, o que facilitava a aquisição de concessões e aprovação de termos favoráveis nos contratos com as municipalidades. Isso porque, neste período [início do século XX] a regulamentação federal sobre os serviços de eletricidade era insignificante e as decisões e contratos acabavam por serem estabelecidos entre empresas e Câmaras Municipais.* (2008: vii).

A observação do autor é importante para o argumento aqui desenvolvido, visto que as primeiras concessões da Light se referiam aos serviços urbanos que a acumulação de capital da cidade em processo de metropolização demandava. A acumulação de capital na cidade de São Paulo precede a transformação das práticas do Estado nacional, neste momento ainda passível de ser caracterizada como regional. A eletrificação, do ponto de vista do Estado nacional brasileiro da virada do século XIX para o XX, também passa de possibilidade de superação de sua condição de Estado regional cuja produção se destina ao exterior, à necessidade de criação das condições para a industrialização, tanto no que se refere às questões imediatas como transporte e iluminação, quanto a necessidades mais complexas como a formação de profissionais capazes de incorporar as técnicas da industrialização e da gestão dos novos processo de acumulação do capital.

Diferentemente do processo de industrialização da Inglaterra, discutido por Marx como *Acumulação Primitiva* (1985-6: cap XXIV – Livro I), os Estados nacionais que se industrializam posteriormente a este país precisam competir com os produtos ingleses. Assim, tanto no que se refere ao nível de produtividade do capital, que depende do conhecimento técnico, quanto no que se refere as condições em que o comércio exterior é organizado as relações com o imperialismo inglês são importantes. Além disso, no caso da América Latina tais relações são atravessadas pelo imperialismo norte-americano em ascensão.

O estudo de Saes mostra a disputa entre o capital nacional e o capital estrangeiro pelo mercado em questão. Este conflito revela tanto a tendência geral à adoção de padrões de consumo dos países centrais, quanto a possibilidade concreta que havia do capital nacional de incorporar tais tecnologias. Ressalte-se que a afirmação desta possibilidade concreta só pode ser compreendida adequadamente na tensão contraditória entre a escala mundial da territorialidade do capital e as escalas do Estado nacional que definem as relações imperialistas.

Saes afirma: *“A incorporação da energia elétrica ao cotidiano brasileiro foi contemporânea com aquela realizada nos países europeus e nos Estados Unidos ... De maneira geral, com as reformas econômicas implementadas por Campos Sales, favorecendo a ampliação dos fluxos de importação e a transferência de capitais estrangeiros para o país, foi aberto um período de intensa modernização no Brasil. Os principais centros econômicos foram capazes de introduzir as mais avançadas inovações nos serviços urbanos e as classes dominantes puderam usufruir os mais elevados padrões de consumo. Nesse conveniente ambiente a empresa canadense Light se instalou nas principais cidades brasileiras, ao mesmo tempo em que o opulento grupo nacional, por meio do capital de atividades como a concessão do Porto de Santos e do know-how no setor de*

eletricidade e da representação da produtora de equipamentos elétricos General Electric, formou a CBEE e iniciou a disputa pelo mercado energético nacional.” (2008: 12-4)

A apresentação dos conflitos entre o capital nacional e o capital imperialista feita acima revela que a produção de energia elétrica não era uma impossibilidade para o capital nacional em transição de seu momento de acumulação regional, ainda que este não fosse o retrato da classe capitalista brasileira naquele momento. Assim, cabe explorar na negociação entre as personificações do capital imperialista da Light e seus interlocutores do território do Estado nacional brasileiro as estratégias mobilizadas de lado a lado tendo em vista as perspectivas reveladas por tais personificações. Não se trata de entrar em um país simplesmente incapaz de eletrificar-se, mas do processo de formação de seus próprios capitais monopolistas, e essa parece ser uma das razões mais fortes da *urgência de domínio*.

Mudança na forma territorial: entre o colonial e o nacional, o regional e suas oportunidades

Assim, pode-se sugerir a existência de um processo de metropolização do Estado nacional brasileiro relacionado ao que parece uma internalização da metrópole⁷ (Dias, M. O. L. S. 2005). Neste processo o Estado passa a agir sobre seu próprio território segundo seus próprios objetivos. Os próprios objetivos de um Estado nacional formam-se em processo⁸. O Estado nacional brasileiro parte da síntese do processo de colonização, sendo uma formação territorial historicamente determinada e em processo de transformação.

A *urgência de domínio* inerente às práticas imperialistas (Magdoff), como venho discutindo, visam oportunidades abertas ao capital pelo momento regional da territorialidade do Estado nacional brasileiro na virada do século XIX ao XX. A formação desta territorialidade do Estado nacional brasileiro é a transformação da síntese deixada pelo processo colonial e, portanto, as práticas territoriais seguiam tendo como sentido a produção de mercadorias tropicais para a Europa. A forma da territorialidade do Estado em seu momento regional permanece, desta forma, subordinada às metrópoles europeias. No entanto, no processo colonial a centralização da gestão do território estava situada na metrópole externa. Assim, sem que esta relação estivesse, como no momento colonial, sob o domínio direto de uma metrópole específica, a oportunidade de domínio está dada

⁷ O termo metrópole, refere-se a diferentes conteúdos, por exemplo metrópoles ibéricas e metrópole como atributo da cidade mais importante em termos de trabalho, pop etc. eu vou utilizar o termo como lócus da centralização dos capitais). da forma como foi enunciado por Maria Odila da Silva Dias dá conta apenas de um primeiro momento deste processo em 1808 (Dias, M. O. L. S. 2005).

⁸ Dias argumenta que não se pode deixar no *esquecimento o processo interno de ajustamento à pressões do cenário internacional, que é o enraizamento de interesses portugueses e sobretudo o processo de internalização d metrópole no centro-sul da colônia* (2005: 12, grifos da autora)

para os capitais dos países em disputa pela hegemonia do imperialismo. Este aspecto parece implicar em uma forma determinada de *urgência de domínio*.

O conceito de territorialização do capital, conforme discuti em minha tese (Toledo, A. C. 2008: cap. 1), caracteriza-se pelo aspecto não autônomo dos poderes econômico e extra econômico⁹. Assim, aparecem como uma complementaridade: poder de impor e restringir práticas pelo uso da violência direta; e, ao mesmo tempo, o de impor e restringir práticas por meio do poder econômico. A apresentação desta relação como territorial conduz o foco da análise às formas de mobilização do trabalho em sua relação com o controle dos meios de produção produzidos pelo trabalho (capital), e os não produzidos pelo trabalho (terra).

Esta relação desdobra-se no processo de autonomização dos fatores de produção discutida por Marx em seu famoso capítulo sobre *A Fórmula Trinitária* (1985-6: cap. XLVIII) aparência de autonomia entre os fatores de produção é uma implicação do processo de transformação da terra, do trabalho e dos instrumentos de trabalho em mercadorias. Como as mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar (MARX, 1985-6: 79; cap 2; livro I), cada um destes fatores deve ser personificado por proprietários de mercadorias, o que inclui a mercadoria força de trabalho. A relação entre os proprietários de mercadorias inclui sua posição como sujeitos do direito regulado pelo Estado nacional. Isso implica no surgimento de posições sociais a serem personificadas pelos responsáveis pelas mais diversas funções, não só nas empresas privadas internacionais e nacionais, como também naquelas funções atribuídas aos Estados nacionais: trata-se da mobilização do trabalho no território nacional, os cidadãos ocupando suas posições no mercado de trabalho. O pressuposto disso, como se sabe é a expropriação, a separação entre os trabalhadores e o meios de produção, fragmentados e conectados por meio da compra e venda da mercadoria força de trabalho. As relações contraditórias inerentes à territorialização do capital desdobram-se na formação dos territórios dos Estados nacionais, que garantem que as relações de produção sejam mediadas pela mercadoria, forma elementar naturalizada da riqueza. As relações mediadas pelas mercadorias são marcadas, desde o período colonial por sua aparente oposição em relação à violência, podendo mesmo ser vistas como aterritoriais¹⁰, pela percepção do território como simples meio de acumulação voltado para fora. Esta aparência de ateritorialidade deverá ser problematizada tendo em vista os conceitos de produção do espaço e de mobilização do trabalho.

⁹ Sobre o processo de separação entre poder econômico e extraeconômico ver capítulo XXIV do livro I de **O capital** (1985-6), *A Assim Chamada Acumulação Primitiva*.

¹⁰ Sobre a afirmação da existência de uma *realidade ateritorial no contexto geográfico e econômico sul-atlântico, no período colonial*, ver **Trato dos Viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul**, de Luiz Felipe de Alencastro (2000:20).

Tomada em perspectiva crítica a relação se inverte, a territorialização não é a finalidade do processo colonial é um meio para realizar o sentido da colonização (Prado Jr., C. 1965: introdução). Trata-se da apropriação da terra e mobilização do trabalho para produzir mercadorias para a Europa, ou seja, *o sentido profundo da colonização: comercial e capitalista, isto é, elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno* (Novais, F. A.1995:70).

A autonomização do Estado nacional brasileiro, a internalização da metrópole, colocam a questão da sociedade nacional em contradição com o escravismo. Neste primeiro momento, a modernização brasileira colonial estaria marcada pelo uso explícito da violência na mobilização do trabalho, dando sequência a produção de mercadorias que davam sentido à formação colonial (Caio Prado Jr. 1965). É a iniciativa privada de espada na mão de **Casa Grande & Senzala** (Freire, G. 1987), ou ainda, a fusão do poder político e econômico de **Elegia para uma re(li)gião** (Oliveira, F. 1977), que caracteriza o momento histórico regional. O reconhecimento por parte do Estado das patentes dos coronéis da Guarda Nacional deixa isso claro. A dificuldade da superação deste processo contraditório explicita-se na superação da condição colonial não ter implicado na difusão universal da cidadania. Isto fica bem claro se levamos em conta que a abolição da escravidão teve que esperar pelas vésperas da República. A manutenção da acumulação de capital como sentido do processo, implica nas condições particulares de imposição do trabalho no território deste Estado nacional de origem colonial.

No entanto, a violenta imposição da acumulação do capital cria as condições para a acumulação do capital regulada pelo Estado nacional. A formação do Estado nacional está, portanto, relacionada à formação dos pressupostos da reprodução ampliada do capital, que por sua vez depende da reprodução de superpopulação relativa no território nacional. Este excedente populacional, em relação à demanda de trabalhadores pelo capital em acumulação, mantém os níveis salariais suficientemente baixos para garantir a transformação da mais-valia em capital (Marx, K. 1985: cap. 21-3). No entanto, trata-se de um processo social (não de um mecanismo) que ao desdobrar-se produz suas formas territoriais (condições de reprodução), que não se restringem ao interior do território nacional. As formas de territorialização do capital tornam o próprio conceito de território do capital contraditório, por ser ao mesmo tempo nacional e global, condicionado pelo poder explícito do Estado e pelo poder implícito e naturalizado, que aparece como econômico. Esta contradição pode ser explicitada no debate conceitual sobre o imperialismo, ou seja, como resultado da concentração e centralização do capital, em um processo diferenciado do momento colonial de um território português.

O uso da violência direta no controle sobre a terra e o trabalho, que caracteriza as relações de produção coloniais (Toledo 2008: cap 1), seguiu reproduzindo-se no interior do território do Império brasileiro e posteriormente republicano: momento regional (Toledo 2008: cap 6). As relações entre as partes do território deste Estado nacional em formação eram marcadas pelo reconhecimento das patentes da Guarda Nacional, criada em 1831 em substituição das milícias e ordenanças do período colonial (Leal, V. N. 1997: 31): o controle territorial era personificado pelos coronéis, cuja presença indica a fusão explícita de poder econômico e político. Por isso, a conclusão de minha tese problematizava a existência de relações de dependência mútua entre o Estado nacional e os coronéis no controle da imposição das condições de acumulação de capital no território, permitindo inquerir a existência de um momento regional na formação do Estado nacional brasileiro. A ruptura com este momento regional da formação nacional é, por hipótese, mais um avanço do processo de modernização, a consolidação das práticas cidadãs envolve a juridificação das relações sociais. O poder subjetivo do coronel é questionado em nome de um estatuto objetivo que parte da igualdade entre os cidadãos. A proibição do uso da força nas relações de trabalho implica a arbitragem dos conflitos de propriedade pelas personificações da lei. Esta passagem ocorre em processo, Lei de Terras (1850), Abolição do trabalho escravo (1888), abolição da Guarda Nacional (1930), entre outros. Instala-se a territorialidade específica da troca voluntária da mercadoria força de trabalho, pressuposto historicamente determinado até da formulação de uma teoria do valor trabalho por Adam Smith nos fins do século XVIII na Inglaterra.

O processo contraditório da formação da territorialidade especificamente capitalista no Brasil, envolve a articulação entre cada uma das escalas de análise mobilizadas pelo argumento desta pesquisa. Compreender a Light em sua *urgência de domínio* é compreender as condições sociais da reprodução do capital no Brasil da virada dos séculos XIX-XX. A reprodução das relações de produção nas regiões dependiam da negociação de acesso a terra com os trabalhadores que, em geral, tinham a possibilidade de viver da agricultura de subsistência. Ao mesmo tempo, a fusão entre poder político e econômico significa que a acumulação de capital usa a violência para mobilizar trabalho.

Trata-se da oportunidade da apropriação da terra, visto que a acumulação do capital expropria constantemente os trabalhadores de seus meios de produção.

A formação da metrópole é internalização da gestão do território e ao mesmo tempo constituição das centralidades urbanas do capital. Neste contexto a apropriação dos direitos dos monopólios dos serviços urbanos é *urgência de domínio*, assim como a apropriação das terras que são capitalizadas

pelo processo de produção do espaço. A isto se opõe o processo de formação da territorialidade especificamente capitalista. A consciência do direito à propriedade dos meios de produção não produzidos torna-se um dos elementos da consciência nacional. Atrasar este processo é um dos trabalhos necessários do ponto de vista da Light. A dupla lealdade das forças de trabalho aí mobilizadas expressa o caráter contraditório de um processo social mediados por coisas.

Do imperialismo à nacionalização de um monopólio

A modernização é o processo no qual se reproduz a territorialidade do capital, articulação de práticas de poder que permitem a acumulação do capital. Esta territorialidade é perceptível nos conflitos, juridicamente regulados, entre as personificações do capital em suas posições de representantes de famílias, empresas privadas e instituições estatais. Trata-se da possibilidade de racionalização privada do trabalho em cada um dos setores econômicos da vida metropolitana. Tal processo de racionalização é a formação e reprodução dos pressuposto da produção do espaço.

Uma das dimensões deste processo é a formação daquilo que as pesquisas de migrações histórico estruturalistas chamaram de polo de atração¹¹, área para onde se dirigem os fluxos migratórios. A pesquisa aqui proposta trata, desta forma, de discutir a relação entre os conceitos de mobilidade do trabalho (Gaudemar, J. P. 1977) e de produção do espaço (Lefebvre, H. 2004) no Brasil da primeira metade do século XX. Esta relação mostra-se como o processo de metropolização do próprio Estado nacional brasileiro com implicações para as possibilidade do capital imperialista neste território. Neste sentido, trata-se de estudar a difusão da hidroelectricidade como resultado das relações contraditórias da modernização do início do século XX. As potências desencadeadas pelas relações entre imperialismo e Estado nacional modernizante se fazem sentir não só pela reprodução ampliada da cidade que se transforma em metrópole, como também na própria forma das práticas territoriais.

A eletrificação é uma forma de manifestação deste processo que transforma a reprodução das relações sociais no território do Estado nacional brasileiro. Ao mesmo tempo, a eletrificação viabiliza toda uma forma de organizar a cidade, reorganiza seu transporte e iluminação, assim como reorganiza a casa, da iluminação à conservação dos alimentos, sem falar da entrada processual das formas materiais mediadoras da industria cultural como rádio e a televisão, por exemplo. Vista do ponto de vista atual, a electricidade impõe-se como mercadoria insubstituível, sua ausência é

¹¹ Para uma crítica da perspectiva histórico estruturalista das migrações ver o artigo de Helion Povia Neto publicado na Revista Experimental, ano 1, n.2, 1997.

indicador de pobreza, sua difusão aparece como sinônimo de desenvolvimento social¹². Ao mesmo tempo é uma das mercadorias que nos permite discutir a recriação das condições de expropriação no processo de modernização que impele à busca forçada por trabalho. Estas amplas possibilidades de consumo criadas pela eletrificação, transformam-se em necessidades das famílias que forçam os trabalhadores a vender sua força de trabalho.

As amplas possibilidades de produção e consumo criadas pela eletrificação, transformam-se em polos da dependência reificada (Marx, K. 1985-6: cap 1-4). De um lado, o capital produtor e distribuidor da eletricidade, monopolista por concessão; de outro lado, a multidão de consumidores. Trata-se, portanto de discutir tais transformações sociais em sua relação com a mobilização do trabalho que centraliza¹³ o capital nas metrópoles do centro-sul do país. Esta centralização de capital, entendido como relação social, evidencia sua relação com as migrações internas que se destinam às metrópoles nacionais eletrificadas.

Os pressupostos históricos da mobilidade nacional do trabalho são dados pela crise de uma forma de territorialidade formada na transição do período colonial ao Império, estendendo-se até a Primeira República. A estas relações territoriais, chamei de regionais em minha tese de doutoramento (Toledo, C. A. 2008). A hipótese desta pesquisa afirma esta crise como uma transição desta forma de territorialidade para a forma de territorialidade do Estado nacional centralizado em suas metrópoles acima referidas. Os processos sociais que tornam esta transformação perceptível são a formação da mobilidade nacional do trabalho, fenômeno relacionado à perda de reconhecimento das posições de personificação do poder regional, o fim da Guarda Nacional, que resulta no enfraquecimento dos centros (cidade) regionais e centralização do capital nacional em suas metrópoles.

A hipótese desta pesquisa requalifica, portanto, esta crise, portanto, como processo de territorialização do Estado nacional, que reorganiza as relações com o capital imperialista. Diniz apresenta este processo como *vitória do projeto modernista* que teria criado *as bases para a estruturação da economia, da cultura e da política organizadas nacionalmente*. O *projeto modernista* desdobra-se em um *projeto nacionalista* que teria culminado na *criação da diversas empresas estaduais de geração transmissão e distribuição de energia elétrica e da Eletrobrás* (2011: 47). Trata-se de um processo de formação da consciência nacional, que teria implicado na

¹² Ver site do programa luz para todos: http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp.

¹³ O conceito de centralização do capital foi formulado no capítulo XXIII do livro I de **O Capital** (1985-6) e opõe-se ao conceito de concentração do capital, o desvio que faço do conceito dá conta da mobilização do trabalho, uma relação que não se restringe ao movimento estrutural, mas também está relacionado às decisões subjetivas dos migrantes. Sobre o conceito de mobilidade do trabalho ver o artigo publicado por Helion Póvoa Neto (1997).

redução de oportunidades ao capital imperialista uma vez que forma tanto trabalho complexo reduzindo a dependência do trabalho das empresas estrangeiras, quanto capital financeiro nacional para substituir monopólios estrangeiros por estatais.

A disputa política para tomar da Light os domínios ocupados em regime de urgência é perceptível nas disputas pela implantação do *Códigos das Águas* (1934) e da proibição da *Cláusula Ouro*. Tal disputa como mostra Catullo Branco remonta à luta de Homero Batista e Alfredo Valadão iniciada em 1904 (1975: cap. VII), o que deixa claro que o problema é mais complexo do que simplesmente decifrar as estratégias de domínio das empresas imperialistas. Com a implantação do *Código* e a proibição da *Cláusula Ouro* fica clara a estratégia da Light em relação a *urgência de domínio*. Como argumenta Barbosa Lima Sobrinho no prefácio da obra **Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil** as transformações nas práticas do Estado nacional brasileiro depois de trinta reordenam o conflito: *há realmente um forte antagonismo. A Eletrobrás tem grande interesse em majorar tarifas, que lhe darão maiores recursos para execução das tarefas que lhe cabem. Mas não tem interesse em fortalecer desse modo uma empresa estrangeira. São contradições inevitáveis e que vão aos poucos destruindo os alicerces dessa coexistência extravagante. A Light tem consciência que será absorvida* (1975:XVIII).

Visto desta forma, o processo de modernização aparece como processo de racionalização, de superação do atraso que abre oportunidades para o imperialismo. A modernização seria, em última instância, um sinônimo de progresso, que nacionaliza o capital, criando condições para internacionalização do capital brasileiro¹⁴ (Diniz, R. O. 2011: itens 2.3.2 e 3.3 e além do capítulo 5). Assim, a crítica do imperialismo teria ganhado uma forma prática, mas pode-se afirmar que a formação do Estado nacional permitira ao país livrar-se do imperialismo? A hipótese alternativa seria que o Estado nacional passaria a regular explicitamente o acesso aos monopólios. A reformulação das perguntas de pesquisa também pode conduzir a um aprofundamento do entendimento das formas de dominação social. É preciso discutir, na formação de uma territorialidade na qual o Estado nacional tenha passado a conceber projetos de sociedade, de que forma se expressam as contradições da reprodução das relações sociais.

Ressalte-se que este processo não ocorre sem conflitos, aquilo que se considera ser interesse nacional pode ser narrado por perspectivas opostas. Perceba-se que em oposição ao argumento de

¹⁴ Observe-se que o ponto de vista do autor não pode ser separado de sua experiência histórica. Os vínculos do pesquisador com uma das empresas internacionalizadas de origem brasileira, a Camargo Corrêa, são afirmados desde o Prólogo de sua tese. Sendo que este aspecto por si já pode significar um constrangimento à apresentação positiva feita pelo autor de seu objeto de pesquisa. Fica uma pergunta: será que este aspecto diferencia o ponto de vista de um pesquisador financiado por uma instituição pública?

Dinis, mesmo depois de 1950, a crítica ao imperialismo da Light ainda enfrentava polêmica. Segundo relata José Carlos Ruy¹⁵, o ministro Osvaldo Aranha *teria considerado que não havia uma crise de energia elétrica, mas sim um ou outro descontentamento “resultante de uma injustificável tendência para a industrialização, que deveria ser combatida”* (Fialho, A. V. 1979: 37).

A disputa pelo Estado passa pelo conceito de desenvolvimento que as personificações deste Estado defendem. Não se pode assumir que necessariamente a industrialização é desenvolvimento para todos os diferentes pontos de vista envolvidos no processo. As diferenciações conceituais nos discursos que se dirigem aos Estado se remetem às classes, mas, como relações contraditórias do processo de modernização formam Estados que se remetem aos cidadãos, que por vezes são simultaneamente eleitores. As personificações do Estado necessitam apresentar-se como portadoras de um projeto político¹⁶, tais projetos políticos articulam diferentes segmentos de classe em seu posicionamento em relação ao imperialismo. Tratam-se de posicionamentos políticos com implicações para a luta de classe, e também para as disputas entre os capitalistas, e mesmo aos funcionários do estado. Desta perspectiva, permite perceber a manifestação das contradições da racionalidade da modernização suas por meio de suas personificações. Para compreender sentido do processo é necessário apontar para a forma de mediação das relações sociais que se reproduzem em seus diferentes momentos territoriais.

A racionalização do trabalho e produção do espaço

O Estado nacional passa a mediar suas ações por meio da troca voluntária de mercadorias, e portanto, do assalariamento, dando caráter profissional à suas práticas. O Estado nacional passa a ser personificado por seus profissionais, em oposição às práticas do coronelismo do momento regional¹⁷. A profissionalização dos trabalhadores implica em formas particulares de racionalização das relações de produção, percebe-se que é a reflexão sobre o processo de trabalho em reprodução que induz este processo de racionalização. No entanto, a racionalização dos processos de trabalho não ocorre somente dentro das fábricas, mas na vida social, nos processos de higienização e de escolarização, por exemplo, difundidos inicialmente nas metrópoles.

¹⁵ O texto teria sido publicado originalmente no semanário **Movimento**, em 1979. O autor apresenta como fonte, Jesus Soares Pereira, da assessoria técnica da presidência da República encarregada de estudar vários projetos, entre eles a implantação da Eletrobrás (Fialho, A. V. 1979: 37).

¹⁶ Adam Smith, no quinto capítulo da *Riqueza das Nações* (1996), afirma que a separação entre poder em geral e poder de compra, refere-se ao fato de que poder político civil ou militar não necessariamente pode ser comprado.

¹⁷ Perceba-se que a reprodução coronelismo e do capital regional que o coronel personifica não são de forma alguma opostos da modernização. Em minha tese discuto a posição modernizadora do coronel Horácio de Matos, a favor da justiça, da educação e do desarmamento do sertão (2008: item 6.2).

A partir deste momento histórico as relações de assalariamento passam a ser a forma predominante de mobilização do trabalho nas metrópoles do território nacional. A determinação do custo de reprodução da mercadoria força de trabalho passa a ser politicamente disputada. A sociedade passa, em processo, a reconhecer direitos sociais aos trabalhadores. O avanço dos serviços públicos que os trabalhadores conquistam é, contraditoriamente, concedido pelo Estado, mobilização de trabalho pago pelo Estado. A implicação é a redução de algumas das oportunidades de domínio para o capital imperialista, dada a alteração das condições sociais de reprodução do trabalho no território do Estado nacional brasileiro.

Um dos problemas subjacentes a esta pesquisa é o das conexões entre a mobilização do trabalho e a acumulação do capital (Gaudemar: 1977: Avant propos). Os processos de trabalho passam a ser racionalizados: ao mesmo tempo que a disputa pelos postos de trabalho passa a exigir mais conhecimento, mais expropriados ficam os trabalhadores desqualificados. A transformação do conhecimento em mercadoria, mediada por um trabalhador que passa por processos de formação de décadas, é vendida por especialistas eficientes, fato que leva Gaudemar a afirmar a tendência à perfectibilidade da mobilidade do trabalho.

Se o objeto da pesquisa é estudado de forma fragmentária, sem estabelecer conexões entre o aumento da riqueza material e a forma de dominação social capitalista, este processo só pode aparecer como progresso. Se evolução social é medida pela própria medida da evolução do capital, a resposta só pode ser positiva. Ressalte-se que a evolução do conhecimento sobre a forma de ampliar a riqueza material é um dos elementos mais importantes do processo de acumulação do capital, trata-se de um dos momentos necessários do processo de ampliação relativa da mais-valia no interior do sistema de dependência reificada do capital. Este conhecimento é formado por uma forma de racionalidade historicamente específica, os estímulos a ampliação do conhecimento são condicionados pelos interesses reificados pelo capital, bloqueando o processo de elaboração do conhecimento crítico em nome do pensamento útil, que interrompe a análise na apresentação da riqueza como coisa.

A própria apropriação do espaço e sua transformação em espaço urbano aparece como ampliação da riqueza social. No entanto é uma forma social de promover o encontro entre capital, terra e trabalho. O próprio significado de riqueza depende de uma forma social na qual a riqueza material que distingue ricos e pobres hoje, pode vir a caracterizar por pobreza no futuro sem que isso signifique a superação da existência social da pobreza. Esta forma social se apropria do espaço tendo em vista uma certa forma de perceber a riqueza e a pobreza na prática. O processo de produção material da

cidade, seu crescimento, sua riqueza aparente, é a forma de manifestação da produção da cidade capitalista, uma relação social baseada na separação entre trabalhadores e meios de produção.

Neste sentido, é interessante retomar o argumento de Henri Lefebvre, segundo o qual *não se pode dizer que o modo de produção capitalista desde o seu princípio tenha ordenado, por inspiração ou inteligência, sua extensão espacial, que deveria se estender atualmente a todo o planeta! Houve primeiro a utilização do espaço existente, por exemplo das rotas aquáticas (canais, rios, mares) depois das estradas; depois construção das estradas de ferro, para continuar pelas auto-estradas e aeroportos. Nenhum meio de transporte no espaço desapareceu inteiramente, nem andar a pé, nem a cavalo, nem de bicicleta, etc. Todavia foi um espaço novo que se constituiu, no século XX, em escala mundial; sua produção, não terminada, continua. O novo modo de produção (a sociedade nova) se apropria, isto é planeja segundo suas finalidades o espaço preexistente, modelado anteriormente.* (2004: prefácio, Tradução: Jorge Hajime Oseki – versão preliminar, 1ª revisão).

Trata-se, portanto, de discutir esta descontinuidade, entre a apropriação e a produção do espaço, que para um país de origem colonial, significa criar as condições de reprodução das relações especificamente capitalistas. Neste processo formam-se oportunidades para *urgência de domínio* imperialista, segundo a hipótese desta pesquisa, trata-se da apropriação das posições de monopólio do território, potenciais meios de produção.

Estas práticas possibilitam a colocação da questão da produção do espaço para compreender as formas como a Light reproduz sua posição de capital monopolista em São Paulo, assim como de que forma a empresa perde esta condição. Mobilização do trabalho e metropolização centralização no Estado nacional brasileiro: O princípio do século XX no Brasil pode ser entendido como uma transição de um padrão de acumulação de capital colonial-regional, no qual as metrópoles estão fora do território nacional, à de um padrão de acumulação de capital imperialista-nacional-regional. Trata-se da formação das relações de trabalho especificamente capitalistas (Marx, K. 1985-6: cap. 23), momento do processo mundial de modernização e simultaneamente – percebido em sua particularidade brasileira - internalização da metrópole em contradição com o imperialismo.

Pesquisa em processo

A análise dos Relatórios da São Paulo Tramway, Light & Power, busca qualificar discursos ali presentes, tendo em vista que são produzidos pelo capital (estrangeiro) mobilizou trabalho e os recursos naturais em seu processo de valorização. No entanto, não se pode perder de vista que são discurso dirigidos ao capital, explicando e justificando as estratégias adotadas pelas personificações

do capital, elas mesmas mobilizadas pelo dinheiros da empresa.

Os documentos são relatórios anuais, disponíveis desde 1902 até 30, que também serão objetos de análise. Tais documentos estão sendo digitalizados, e sistematizados em tabelas que permitam perceber os movimentos quantitativos no que se refere à força de trabalho contratada e ao patrimônio registrado. Os dados quantitativos não são de forma nenhuma a essência desta pesquisa, são elementos de uma análise que acima de tudo é elemento de um estudo qualitativo dos relatórios. O primeiro relatório é dividido em três partes: a primeira parte é o relatório do procurador da Companhia, Alexander Makenzie (da firma Blake, Lash & Cassels); a segunda parte é a tradução oficial da opinião dos advogados brasileiros Dr. A. J. Pinto Ferreira e Dr. Carlos de Campos sobre a *situação e poderes da Companhia, direitos, patrimônios e privilégios, e situação da emissão de títulos*; a terceira parte é o relatório do Engenheiro das linhas de bondes; a quarta é o relatório do engenheiro hidráulico; e a quinta parte é o relatório do engenheiro eletrônico. O relatório apresenta o lucro de 15 meses da operação com usina a vapor e com a usina hidráulica e contabiliza juros de títulos lançados.

Estes documentos permitem compreender quais as informações prestadas pela empresa situada no Brasil à sua sede em Toronto, Canadá. Na primeira e na segunda parte encontram-se as informações que se referem a s questões como a apropriação das terras e dos recursos hídricos pela participação da produção do espaço urbano metropolitano de São Paulo. A tradução oficial da opinião dos advogados brasileiros sobre a *situação e poderes da Companhia, direitos, patrimônios e privilégios, e situação da emissão de títulos*, é a síntese do processo de trabalho dos homens que personificam o interesse da empresa, oferecido ao contratante deste trabalho, sendo uma fonte significativa.

A pesquisa pergunta também pela forma como o trabalho comandado pelo capital da empresa participou deste processo e como esta participação aparece no patrimônio relatado pela Light. Esta pesquisa permite discutir, além disso, a racionalização dos processos de trabalho realizados pela Light, como por exemplo, a necessidade da utilização da usina a vapor e sua substituição pela usina hidráulica.

A hipótese da pesquisa aponta para a tendência de nacionalização dos quadros técnicos administrativos, representados acima de tudo pelos engenheiros. No que se refere aos quadros jurídicos, pelo que pudemos apurar, desde logo a presença de brasileiros é relevante, no entanto, não se trata aí, de contratação de força de trabalho, mas da contratação de escritórios de advocacia brasileiro, como o dos Drs. A. J. Pinto e Carlos de Campos. Quanto à mobilização do trabalho

simples, tratam-se evidentemente de trabalhadores brasileiros. As tensões com o contexto urbano aparecem desde logo, tanto no que se refere à diferenciação social dada pelo uso de vistosos uniformes, quanto a disputa pelo dinheiro auferido nos bondes, nos quais o sistema de registro de embarque dependia do trabalhador responsável por trocar o dinheiro.

A pesquisa busca, portanto, além da categorização dos quadros de funcionários em sua evolução histórica, discutir as tensões políticas e econômicas manifestadas nas relações de reprodução da empresa. Assim, a pesquisa busca relacionar as práticas da empresa com a força de trabalho mobilizada em busca de suas contradições no processo de personificação (Marx, K. 1985: O capital cap 2 do livro I e cap 48 livro III). As tensões da personificação são mais uma oportunidade para que se perceba a relação contraditória assumida neste momento pela territorialização nacional em sua relação com o imperialismo. A relação básica da igualdade formal, perante a lei, abre possibilidades da ação política, tanto no que se refere às organizações dos trabalhadores nas relações com os patrões, quanto a política mais ampla do Estado nacional. Neste sentido, a pesquisa dos documentos da empresa precisa ser acompanhada por fontes que revele, estes conflitos. As questões do Patrimônio, podem identificar a forma como este trabalho se objetiva em ativos disputados politicamente.

A pesquisa deve utilizar também fontes externas à empresa, como o Código de Águas (1934) e suas mudanças ao longo do século XX. A revisão, já iniciada, dos debates das constituintes do período estudado (especialmente a de 1946, na qual o debate do imperialismo se manifesta de forma clara) também expressa tais contradições. Estas fontes apontam ainda para as formas particulares de manifestação do processo de juridificação das relações entre as personificações dos meios de produção produzidos (capital), dos não produzidos (terra, natureza) e do trabalho em processo de autonomização.

Desta forma, o estudo tem discutir a difusão da eletrificação em sua relação com a modernização, entendida como processo de formação de uma racionalidade passível de ser estudado criticamente através do conceito de produção do espaço. O estudo das relações entre a territorialidade do Estado nacional brasileiro e a Light ganha maior importância tendo em vista as características dos processos de trabalho e dos produtos introduzidos nestas relações. Trata-se tanto da formação da capacidade de produzir energia elétrica, força motriz de uma série de processos produtivos e de consumo, quanto de seu papel na produção de um espaço urbano da grande metrópole nacional e sua área de influência periférica.

Bibliografía

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Formação territorial sul piauiense: Modernização Agropecuária e Resistência Camponesa**. (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. 2000
- _____. **Mobilização e Modernização nos cerrados Piauienses: Formação Territorial no Império do Agronegócio**. (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. 2006
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Valor e Capitalismo: um ensaio sobre a Economia Política**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1980.
- BOECHAT, Cássio Arruda. **Região do colonato - Mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista**, (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo. 2009.
- BRANCO, Catullo. **Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil**. São Paulo Alfa Omega, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. [1962]1977
- CASTRO, Maria da Conceição Araújo. **Mobilização do trabalho na Amazônia: o oeste do Pará entre grilos, latifúndios, cobiças e tensões** (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo. 2008.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática. 1986.
- DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. São Paulo. Contexto, 1991.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos**. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005
- DINIZ, R. O. **A intervenção estatal no setor elétrico paulista: as grandes empresas e as grandes usinas – 1953/1997**. (Doutorado em História Social). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. 2011.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: editora Globo, 3ª edição, 2001.
- FIALHO, A. Veiga. **A compra da Light: o que todo brasileiro deve saber**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

- FREIRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 25 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora S.A. 1987.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 23 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1989.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilité du travail et accumulation du capital**. Paris: Librairie François Maspero. 1976.
- GOMES, Sueli de Castro. **O território de trabalho dos carregadores piauienses no terminal da CEAGESP: modernização, mobilização e a migração** (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. 2007
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.
- HARTSHORNE, Richard. **Questões sobre a Natureza da Geografia**. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969.
- HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Editora Schwarcz. 1995.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 5 ed. Tradução Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1999.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LENCIONI, Sandra . **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo: A Economia da Política Externa dos Estado Unidos**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 6 ed. São Paulo: Hucitec. 1996.
- MARX, Karl. **O capital**. 2 ed. Tradução Régis Barbosa e Flávio R. Koth. São Paulo: Abril. 1985-6.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 9^a reimpressão. São Paulo: Brasiliense. 1995.
- MENDES, Dirce de Paula e S., POLETI, Iraci D., SOARES, Luzia M. A. Light: apontamentos para sua história administrativa. In: **Memória Eletropaulo** n 24 Jul. 1997-8.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec. 2000.
- _____. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2008.
- _____. **Ideologias geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- NOVAES, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São

Paulo: Hucitec. 1995.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **Processo de Industrialização do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: Editora da UNESP; Campinas: UNICAMP 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1977.

POSTONE, Moishe. **Time, labor and social domination: A reiteration of Marx's theory**. Cambridge. Cambridge University Press. [1993] 1996.

PÓVOA NETO, Helion. In: **Experimental – Revista do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental**. Ano 1. n 2. 1997.

_____. **No caminho das pedras: itinerários na formação da mobilidade garimpeira em Goiás**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo. 1998.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 8ed. São Paulo: Brasiliense. 1965.

_____. **História econômica do Brasil**. 9ed. São Paulo: Brasiliense. 1965a.

_____. **Evolução Política do Brasil e outros estudos** 5ed. São Paulo: Brasiliense. 1966.

SAES, Alexandre Macchione. **Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)**. (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Instituto de Economia, UNICAMP. 2008.

SEABRA, Manoel & GOLDENSTEIN, Lea. **Divisão territorial do trabalho e nova regionalização**. Sep. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo. 1980.

SEABRA, Manoel. IUMATTI, Paulo. HEIDEMANN, Heinz Dieter. **Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo: Edusp. 2008

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os meandros dos rios nos meandros do poder – Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulos**. (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. 1987.

SEYFERTH, Giralda [et al.]. **Mundos em movimento: ensaios sobre migrações**. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense / Cebrap. 1975.

SCHWARZ, Roberto. **Duas meninas**. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.

_____. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades / 34. 2000. (Espírito Crítico)

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural. 1996.

TOLEDO. Carlos de Almeida. **A mobilização do trabalho nas Lavras Baianas**. (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. 2001

_____. **A região das Lavras Baianas**. (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. 2008.